

Alguns parágrafos sobre acontecimentos do mês anterior

1 Guerra Civil na Guiné Bissau

A guerra civil na Guiné-Bissau marca o tempo no mês anterior. Com ela, e com o que dela passamos a saber, tornou-se mais visível que Portugal tinha (e tem) alguns fortes interesses económicos no país, e que a verdadeira potência 'neo-colonizadora' é a França, mesmo que representada pelo Senegal.

A fragilidade da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), a que a Guiné-Bissau e Portugal pertencem, tornou-se também visível, apesar dos esforços diplomáticos de Lisboa e de Luanda no sentido de uma mediação eficaz entre as partes em conflito.

A condenação internacional da Junta Militar rebelde de Ansumane Mané, Chefe do estado Maior-General das Forças Armadas que chefia a revolta contra o presidente Nino Vieira, foi globalmente assumida, o que contrasta com o silêncio em torno da presença de tropas estrangeiras (do Senegal e da Guiné-Conacri) no território.

Do pouco que se sabe sobre o conflito, regista-se que a revolta foi desencadeada aparentemente no seguimento da demissão de Ansumane Mané, alegadamente envolvido num caso de tráfico de armas para Casamança, facto negado pelos revoltosos que remetem as acusações para Nino Vieira.

Os revoltosos reclamam a demissão do Governo e do presidente Nino Vieira e a realização de eleições em Julho de 1999. Para além das mortes e das destruições já provocadas, a guerra civil está a obrigar ao exodo de dezenas de milhares de civis e a provocar a fome em vastas regiões da Guiné.

Há notícias dispersas, nem sempre suficientemente confirmadas, que falam em massacres de populações civis por parte dos exércitos estrangeiros no território e em dificuldades para as acções de auxílio internacional humanitário colocadas pelas tropas estrangeiras e pelas forças fiéis a Nino Vieira.

2 Abstenção recorde num referendo inconclusivo

O referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez - o primeiro referendo a realizar-se em Portugal - não conseguiu mobilizar a percentagem mínima de eleitorado (50%) para que pudesse ser considerado válido.

Com uma abstenção na ordem dos 70%, o referendo castigou também todos aqueles aceitaram analisar publicamente os resultados com base em projecções, à boca das urnas, que viriam a mostrar-se erradas.

Inicialmente convencidos de que o 'não' teria uma expressão inferior ao 'sim', os adversários da despenalização tentaram, nas primeiras intervenções, recuperar as abstenções como se elas fossem uma segunda via para o 'não'.

A desmontagem desta operação foi conseguida pelos apoiantes do 'sim' quando lembraram o plebiscito de 1933, para referendar a constituição de Salazar, onde as abstenções contavam a favor do ditador.

No confronto estiveram, de um lado, os que aceitavam que a interrupção voluntária da gravidez fosse despenalizada em determinadas circunstâncias, e, do outro lado, os que se opoem àquela tolerância.